

Em debate: Os diferentes contornos das microfinanças no M'boi

Equipe: Lauro Gonzalez, Caio Momesso, Carolina B. Scheidecker, Arthur Santos, Beatriz Ramos e Marcella G. França

O Contexto

Desenvolvimento local tem a ver com a intensificação das relações econômicas de uma comunidade, que busca no próprio território oportunidades para expansão da liberdade (essa ideia é inspirada na obra do economista Amartya Sen, que via uma relação direta entre desenvolvimento e aumento da liberdade). Em termos práticos, o fortalecimento dos empreendimentos locais pode produzir aumento nos postos de trabalho disponíveis e, conseqüentemente, nos níveis de renda da população, engendrando maior acesso a serviços e bens de consumo, fortalecimento das redes e atores locais e qualidade de vida como um todo.

Quando examinamos a região do M'Boi, os dados do Censo (IBGE) são bastante explicativos. Em 2010 (data do último Censo) a região do M'Boi Mirim possuía 76% de domicílios com renda na faixa entre $\frac{1}{2}$ e 5 salários mínimos. O mesmo número para o município de São Paulo como um todo é 57%, enquanto a proporção é de 17% no bairro de Pinheiros. Ou ainda, apenas 3% dos domicílios do M'Boi tem renda superior a 10 salários mínimos, comparado a 17% na região metropolitana de SP e 56% em Pinheiros.

A desigualdade de renda se insere em um círculo vicioso de manutenção da pobreza, uma vez que mecanismos potenciais de combate à vulnerabilidade social são retroalimentados pela própria desigualdade inicial de renda. Um exemplo é a falta de acesso da população ao sistema bancário formal, o que inviabiliza empréstimos e investimentos produtivos que dinamizam a economia local. A região do M'Boi apresenta um grande número de nanoempreendedores, microempreendedores e negócios familiares, algo bastante esperado diante do déficit de empregos formais: um índice de 0,2 empregos por morador¹.

Microfinanças na região do M'Boi Mirim

Diante do contexto acima, a região do M'Boi constitui um campo fértil de oportunidades para modelos e arranjos de microfinanças, aqui definidas como o acesso e uso de serviços financeiros por parte da população de baixa renda, geralmente excluída ou mal servida pelo sistema financeiro tradicional. Dentre os chamados serviços financeiros, o crédito

¹ Dados de 2015 utilizando as bases da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

tem sido historicamente o mais difundido, dando origem ao termo microcrédito, que é a concessão de pequenos empréstimos e financiamentos para geração de renda e aumento de bem-estar.

As relações comunitárias são a base da tecnologia social do microcrédito, na medida em que a falta de informações ou garantias é geralmente suprida pelo contato direto dos atores (ou seja, a proximidade entre quem concede crédito e quem o recebe), uma forma de conhecimento que pode ser atingida pelas ações em nível local.

Assim sendo, após a avaliação dos indicadores do M^oBoi Mirim, nossa equipe de pesquisa desenvolveu no último ano um estudo sobre iniciativas de microcrédito produtivo na região, identificando as experiências dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) como referência. O distrito possui dois BCD: Banco Autogestão, sediado na Casa de Cultura São Luís; e o Banco União Sampaio, desenvolvido junto à União Popular de Mulheres. Os BCD atuam como agentes de desenvolvimento local ao disponibilizarem serviços financeiros à população. Funcionam ainda como correspondentes bancários, o que permite pagamento de contas e realização de empréstimos produtivos e para consumo. Ademais, os BCD implementaram o uso de moedas sociais, ou seja, moedas destinadas a circular somente na região, o que faz com que o dinheiro permaneça nos bairros que estão localizados. O foco de nossa pesquisa acabou recaindo sobre o Banco Autogestão, no bairro do Jardim São Luís, e os atores presentes na sua rede. Acreditamos que os “achados” principais são de grande valia para a região.

Principais achados da pesquisa

Um primeiro achado importante diz respeito ao papel do Estado como ator de fomento das iniciativas de desenvolvimento local. Como todo investimento produtivo, o tempo de maturação e retorno financeiro das iniciativas empreendedoras na região pode ser longo, implicando ser necessário uma fonte estável e suficiente de financiamento. O que podemos notar na dinâmica política do projeto de bancos comunitários, instaurada pela SENAES² e com duração de 2009 a 2016, foi uma constante instabilidade e fragilidade nesse suporte, que se dava por meio de editais públicos. Durante os anos de existência da política houveram vários períodos de interrupção do financiamento e fragilização dos bancos – com reflexos sobre a confiabilidade passada aos empreendedores locais.

² Secretaria Nacional de Economia Solidária

Como relatado por uma de nossas entrevistadas, existe uma diferença muito grande na captação de recursos para quem está no centro e quem está na periferia. Para o segundo grupo, o financiamento é destinado muito mais às ações de assistência social do que para investimentos produtivos, adotando uma “**retórica da caridade**”. Políticas públicas consistentes podem ser um caminho para sanar essas assimetrias, garantindo estabilidade e segurança para as organizações.

Outro ponto que chamou nossa atenção é o dinamismo dos atores da comunidade na apropriação e transformação das novas estratégias e tecnologias do campo de microfinanças. É o caso da utilização de *fintechs* como o *e-dinheiro*, aplicativo destinado a transações monetárias - pagamento de contas ou compras no mercado - que possibilita a transferência de uma porcentagem desse valor aos Bancos Comunitários, aumentando também a segurança das operações. No caso estudado, novamente a implementação esbarrou na falta de financiamento, mesmo estando com o sistema operacional estabelecido.

Sendo a utilização dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento apenas uma das estratégias possíveis para o fomento do desenvolvimento local, conseguimos observar a emergência de novas formas de negócios na região. Dada a transformação do contexto de políticas públicas e descontinuidade das ações da SENAES, os atores do M’Boi Mirim parecem adotar outras linguagens para atingir o financiamento privado, como o caso de linguagens corporativas e de negócios de impacto social. Essa transformação acompanha uma mudança geracional e tecnológica, sendo os atores mais jovens centrais para a apropriação dessas novas formas de se estabelecer agências de fomento ao desenvolvimento local. Está presente também nas trajetórias de formalização das organizações e na busca pelo avanço de conhecimento técnico.

Comparando os diferentes momentos das microfinanças no território, podemos perceber o que há de interação social no desenvolvimento econômico e de relações econômicas no desenvolvimento social. Um dos termos que nos apareceu diversas vezes durante a pesquisa foi *confiança*, elemento central no estabelecimento de laços que possibilitem a aceitação e adesão de novas tecnologias - sejam elas sociais ou digitais - pelos diferentes agentes econômicos do território. Um dos desafios na implementação de ações de microfinanças no território é a combinação dos instrumentos financeiros em diálogo com o setor real da economia, para que se traduzam nas melhorias que citamos acima. Trabalhar com inovação em nível local implica que sua utilização seja clara, prática e que traga vantagens aos negócios do bairro.

Algumas reflexões – como podemos melhorar as microfinanças no território?

Confiança é o ingrediente indispensável na construção de parcerias comerciais, na concessão de crédito ou no investimento produtivo. No entanto, deve vir acompanhada da possibilidade de acesso à recursos financeiros estáveis, ampliando o acesso às oportunidades para uma rede de atores que se mostra ativa na busca por soluções e estratégias que fomentem o desenvolvimento local da região do M'Boi Mirim.

Obviamente, espera-se uma postura ativa do Estado no fomentar políticas públicas inclusivas. Entretanto, diante do histórico de oscilações, alguns deles derivados dos ciclos político-eleitorais inerentes à democracia, as novas tecnologias podem ser utilizadas através de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, mitigando os efeitos adversos da oscilação dos recursos públicos disponíveis.